

## **A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.**

George Leonardo Seabra Coelho

Este artigo visa propor uma análise sobre as interpretações a respeito da importância do estudo sobre a ocupação do território para a compreensão do processo de formação da sociedade brasileira, e como esses estudos colaboraram para a constituição da idéia de fronteira no Brasil. Essa problemática se torna importante devido ao fato de que no interior desse debate surge a possibilidade de encontrarmos as visões de mundo construídas sobre o processo de ocupação do território nacional e a construção e afirmação de uma identidade ao povo brasileiro.

Neste trabalho optamos em destacar o pensamento de Sergio Buarque de Holanda. Acreditamos que o autor procura explicar a formação da sociedade brasileira a luz da problemática sobre a ocupação do território, e pode nos oferecer alguns indícios sobre a possibilidade da constituição de uma fronteira.

Tais perguntas, juntamente com outras questões poderão nos ajudar a realizar uma avaliação e perceber como a explicação histórica do autor procurou justificar a importância da constituição de uma fronteira para a sociedade brasileira no século XX. Este último ponto merece atenção, pois tais argumentos estão postos nos discursos dos principais projetos políticos de modernização via ocupação dos espaços vazios nas regiões Centro-Oeste e Norte do país.

A influência social da expansão das fronteiras na sociedade brasileira, a noção de fronteira entendida como objeto para a análise histórica e o seu processo de ocupação e demarcação de limites estão no centro de nossas avaliações. De um lado, o alargamento da fronteira posta como formadora da nação e artifício para explicar e justificar

historicamente o desenvolvimento do país. Por outro lado, quais os argumentos que o autor utiliza para justificar essa importância, e de que forma essa argumentação pode servir de base explicativa para entender a situação brasileira no século XX. Para tal tarefa iremos nos apoiar nas colaborações de Bourdieu (1974) sobre "campo intelectual", ou seja, um espaço estruturado a partir das posições ocupadas pelos atores na dinâmica que estabelecem com outros campos constitutivos da vida social. Nesta concepção o campo intelectual é marcado pelos jogos de poder, por sua vinculação direta com o campo político.

A importância dos debates referentes as questões relacionadas a expansão e ocupação do território pode nos auxiliar no entendimento sobre o sentido dado à esse assunto nos projetos políticos que tinham o intuito de acelerar a ocupação dos espaços vazios nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Já em seu primeiro livro Holanda – Raízes do Brasil – defende o pressuposto de que para se entender os precedentes históricos da sociedade brasileira, deve-se partir da análise da implantação da cultura europeia em um outro território. Implantação realizada em condições geográficas e culturais completamente estranhas às conhecidas no velho continente. Esse é um dos fatores dominante para a compreensão da origem da sociedade brasileira, isto é, a adaptação das formas de convívio, das instituições, das idéias, etc, de um povo em uma outra realidade geográfica. Heranças, considerada pelo autor, de uma nação já formada em uma "zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo" (HOLLANDA: 1956, p. 16). Contudo, após o processo de adaptação da cultura ibérica nos trópicos, se desenvolveu especialmente no Planalto de Piratininga

um movimento novo de nossa história nacional... A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes de outro lado do

oceano... esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o favoreceram é que se faziam colonos... antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente (Idem: p. 137)

Como vemos, o autor atribui ao processo de adaptação da sociedade portuguesa em um outro território como o fator de maior relevância para se entender a formação de uma nova sociedade, e mais, localiza espacialmente onde essa nova sociedade inaugura o foco de origem da renovação na história brasileira: as Bandeiras. O que impulsionou as aventuras bandeirantes não teve origem em Portugal, e sim na formação de uma sociedade fruto do processo de adaptação portuguesa.

Os *pioneers* paulistas, na visão de Holanda, eram audaciosos caçadores de índios e exploradores de riquezas, essas são as qualidades que compunham o tipo ideal do aventureiro. Seguindo essa descrição, na maioria dos casos tais aspectos eram predominantes, mas quando as circunstâncias eram favoráveis se tornavam colonos. Uma dessas possibilidades era após o descobrimento das minas, pois segundo o autor, antes dos descobrimentos não realizaram obra colonizadora senão esporadicamente. Dando continuidades a essa perspectiva podemos avaliar que, existiam dois momentos na ação destes personagens na expansão rumo ao Oeste: um momento puramente explorador, no qual a intenção principal das bandeiras era a busca de metais preciosos e a captura do nativo; e outro, no qual se inicia a obra colonizadora nas localidades próximas as regiões ricas em metais preciosos.

Juntamente com proposta de avaliar a origem da sociedade brasileira, isto é, partindo do processo de adaptação da cultura portuguesa em outra realidade geográfica, Holanda (1956) faz algumas considerações sobre a ocupação do território, em particular no

litoral. Em todo caso, segundo o autor, no início da colonização a empresa portuguesa se deparou com uma situação peculiar, isto é, a "abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas" (HOLLANDA: 1956, p. 42). Essa situação "fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção" (Idem: p. 42). Nestas condições se formou "uma civilização de raízes rurais" de modo que "as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependência delas" (Idem, p. 87). Ao considerar a forma como foi organizada a produção rural, o autor entende que no Brasil, mas principalmente na região de Piratininga,

a estabilidade dos domínios agrários sempre dependeu diretamente e unicamente da produtividade natural dos solos... o desperdício das áreas de lavoura determinou com freqüência deslocamentos dos núcleos de povoamento rural e formação, dispersos e mal apegados a terra (Idem, p. 115).

Seguindo essa perspectiva, os portugueses não possibilitaram "a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados" (Idem, p. 126) e em certo sentido essa forma de organização do território, possibilitou a formação do tipo social próprio do Planalto de Piratininga, o principal responsável pela "dilatação das fronteiras e ao aproveitamento de nosso território" (HOLLANDA: 1975, p. 160). Com essas palavras podemos perceber de que forma o autor observa como a adaptação da sociedade portuguesa interferiu na estruturação econômica do território, e como essa mesma conjuntura econômica possibilitou a formação de um tipo social específico na colônia. Nesse sentido, a má utilização do solo pela propriedade rural e o desapego à terra característico dessa população, compõem o quadro da expansão da fronteira.

No que concerne a defesa de que a empresa portuguesa não conseguiria tal expansão territorial sozinha, visto que a expansão da

fronteira é produto, obra e iniciativa dos habitantes de Piratininga. O autor avalia que esse é o marco para uma renovação da história brasileira. A incorporação crescente de novas terras é o resultado imediato da estrutura produtiva instalada aqui. Podemos perceber que a adaptação ao meio, na concepção do historiador não é puramente relacionada ao clima, vegetação ou ao relevo, mas é avaliada em relação a forma como se estruturou produtivamente o território. Além da facilidade de adaptação ao meio, outros fatores também favoreceram o sucesso das Bandeiras na concepção de Holanda, pois mais “ de uma proeza dos bandeirantes explica-se graças a esse talento particular” (Idemp.15), isto é, a adaptação a técnicas do gentio. Segundo o historiador, ao propor uma

análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou rejeitar a instrução de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à herança de cultura (Idem, p. 63).

O autor propõe uma outra etapa dessa adaptação, ou melhor, ao lado da adaptação ao meio e da constituição de um tipo social típico do planalto de Piratininga, a adaptação às técnicas e os costumes indígenas desponta como elemento chave para se entender o sucesso das incursões no interior. Um exemplo deste contato é a utilização dos caminhos, pois a “ prática inventada pelo gentio de marcar os caminhos” (Idem, p. 17) foi de grande valia para a orientação desses homens. As monções também fazem parte da história das Bandeiras e passam a constituir, de certo modo, o seu prolongamento, pois no ponto de vista do historiador, onde a marcha a pé por esses caminhos se tornou impossível a navegação veio resolver o problema. Seguindo esse raciocínio, para o sertanista branco ou mameluco, “ o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar, tão prestimoso e

necessário quanto o fora para o indígena” (HOLLANDA: 1975 p.15). O autor conclui que esses são alguns dos aspectos da

influência indígena... Influência que viria animar, senão tornar possível as grandes empresas bandeirantes... a marca do chamado selvagem, da raça conquistada... elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso as condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o ambiente da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimatação (Idem, p. 18).

Neste trecho encontramos uma avaliação positiva das trocas culturais entre o indígena e o branco para o sucesso das Bandeiras. Podemos perceber como o autor inicia uma explicação que destaca como o elemento portador da civilização – o bandeirante – retrocede as condições mais primitivas – do índio – para realizar a conquista do território. Não seria exagero relacionar o fato de que a adaptação as técnicas do gentio já seria uma contribuição de “ retrocesso” as condições oferecidas pelo sertão.

Dando continuidade a análise do processo de expansão do território nacional produzido pelas bandeiras, o autor avalia que a conquista do sertão para a civilização foi realizada por determinados tipos que tem características específicas: o tipo de aventureiro e do trabalhador. Segundo o autor, “ não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais” (HOLLANDA: 1956, p. 36). O aventureiro é um “ tipo humano que ignora as fronteiras” (Idem, p.35) e é dele que se origina “ o bandeirante devassador do sertão” (HOLLANDA: 1975, p.19). Assim, ele sempre prestou “ bons serviços, desbravando terras incultas, fundando capelas e povoados sertanejos e, sobretudo, dilatando no continente o mundo de língua portuguesa” (Idem, p.145). Nesta perspectiva, esses tipos se confundem na ocupação do território

brasileiro que não é entendido apenas em questão dilatação espacial, mas também em relação a cultura e os ideais de civilização.

Ao lado do branco e do mameluco, outro personagem também faz parte desta empreitada. O índio, na concepção de Holanda, ofereceu suas potencialidades naturais, nas primeiras incursões ao interior do território, a capacidade de orientação o gentio foi " mestre e colaborador inaugural nas entradas" (Idem, p.15). Neste conjunto, sua " tendência espontânea para a atividade menos sedentária" (Idem, p. 43) foi de grande valia o avanço das Bandeiras e a conquista do Oeste para a civilização. E ao dar importância a essas características Holanda situa como o nativo teve um importante papel na conquista do Oeste. No sentido de sustentar esse argumento, o autor lembra que mesmo antes das grandes Bandeiras os " pioneiros brancos que especialmente nas terras de Piratininga, tiveram de imitar seus hábitos para resistir a hostilidade do meio" (Idem, p. 37).

Na concepção de Holanda referente a organização do grupo terra intra-terra, se considera que com frequência as relações dos escravos das minas e plantações " com os donos oscilavam da situação de dependência para a de protegido, e até de solidário afim" (HOLLANDA: 1956, p. 55). Esta relação acabou " agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de casta ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação" (Idem: p.55). Holanda avalia que a " democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido. Uma aristocracia rural e semifidal importou-a e tratou de acomodá-la... aos seus direitos de privilégio" (Idem, p. 234). Para por fim a essa outra herança portuguesa que ainda persiste no Brasil, o historiador considera que o

Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico... mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude... se quiser adquirir alguma força e também essa

respeitabilidade... uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional (Idem, p. 259).

O autor considera que, foi " em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova" (Idem: p. 76), apresentando uma " relativa inconsistência do preconceito de raça e de cor" (Idem: p. 273). Fica claro como o autor defini mais um elemento para entender o processo de formação da sociedade brasileira, ou seja, a avaliação do processo de miscigenação entre as três raças formadoras da nação brasileira. Ao avaliar formação de uma outra sociedade no Planalto de Piratininga, a expansão dessa sociedade para o Oeste e suas influências na sociedade brasileira contemporânea, Holanda chega a conclusão que, no início do século XX a " influência dessa colonização litorânea, que praticavam, de preferência, os portugueses, ainda persiste até aos nossos dias" (Idem: p. 136). Neste sentido, segundo o autor,

continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclisma, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura pra a inauguração de um estilo novo... o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades (Idem, p. 251).

O historiador considera que o rompimento com a herança portuguesa é necessário e está sendo proporcionado com a ascensão do meio urbano sobre o meio rural no início do século XX. Somente com essa nova orientação seria capaz de criar uma nova sociedade. Por fim, o " Estado brasileiro preserva como relíquia respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro" (Idem: p 258-259). Apontando essas heranças ibéricas como negativas, aonde somente com a supressão delas a sociedade brasileira chegaria a uma situação tida como um " estilo novo" .



Na perspectiva do autor, a expansão para o Oeste foi uma primeira renovação dessa sociedade instaurada na América, mas não extirparam a herança rural portuguesa e o predomínio do litoral sobre o resto do país. Assim, segundo o autor, quando até meados do século XX se fala “ em ‘ interior’ pensa-se, como no século XVI, em região escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana” (Idem, p. 136-137). Como movimento que inaugura uma renovação da história brasileira, Holanda afirma que a ação das

bandeiras paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se a não destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em si mesmo sua explicação... e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil sua atual silhueta geografia (Idem, p. 136-137).

A partir deste trecho podemos perceber três pontos importantes na explicação de Holanda: a figura do Bandeirante histórico é associada ao paulista, a negação de que a Bandeira era uma empresa portuguesa e a defesa de que a conquista do Oeste realizadas pelas Bandeiras tinha como intuito principal a formação do território brasileiro. Neste sentido, sobre a mobilidade característica ao grupo – sobretudo nos séculos iniciais, das populações paulistas – e o contato com outra cultura – que possibilitou o sucesso do movimento bandeirante – Holanda defini a sua concepção de Fronteira para se entender o processo histórico de formação da sociedade brasileira. Na concepção do historiador

o fato é que essa própria mobilidade é condicionada... e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na idéia de fronteira. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, população, hábitos, instituição, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. Nessa acepção a palavra ‘ fronteira’ já surge nos textos contemporâneos da primeira

fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizado aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriria na moderna historiografia (HOLLANDA: 1975, p. 8)

Neste trecho o autor expõe sua noção de Fronteira, ela pode ser representada pela: idéia de movimento, de encontro com o outro e principalmente local no qual surgem as possibilidades de ressignificação simbólica dos acontecimentos. Neste sentido, o autor acrescenta que a " imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desliga-se muito do espírito do Brasil imperial" (HOLLANDA: 1956, p. 259), onde " a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo" (Idem, p. 271) ainda se mantém forte no cenário político brasileiro.

O discurso não só justifica a modificação das formas de estrutura produtiva por outra, como também procura deslocar o interesse para outra região geográfica (interior, sertão, oeste) assim como também eleva o paulista com tipo social responsável pela conquista. Esses dois pilares – o interesse por outra região e a conclamação do paulista como agente civilizador – por si só não seriam o bastante para compreender como essas formações discursivas conseguiram destaque, pois o que está em jogo é a justificação de outros grupos no controle das ações políticas e econômicas, assim como na disputa pela manutenção do poder.

No que toca as análises de como a expansão do território foi interpretada historicamente, é importante destacar que ocorreu uma ressignificação do passado com o intuito de ressaltar aspirações para o futuro. Sendo a dilatação do território resultado da formação de um tipo social próprio do Planalto de Piratininga, os autores afastam a hipótese de que as Bandeiras foram promovidas pelo projeto de

colonização dos portugueses, e sim pelo elemento novo fruto do processo de adaptação do colonizador.

Ao propor uma explicação para o passado com vistas de entender o presente e planejar o futuro, cada autor justifica a importância da fronteira para a sociedade brasileira no século XX. Um primeiro ponto que mereça atenção é a idéia de que o Sertão é um obstáculo a ser vencido pelo agente da civilização, isto é, o bandeirante paulista. Mas ao mesmo tempo em que o sertão é um obstáculo a ser vencido ele também é posto como o local onde o Brasil conseguiria a redenção. Sendo a fronteira como local de representações, ela é vista como local hostil onde o civilizado e o arcaico se encontram para produzir um elemento novo. Pois bem, após destacar nas obras dos autores questões pertinentes as explicações do processo de dilatação territorial ocorrida durante as bandeiras e sua conseqüente influência no Brasil do século XX, nosso intuito é procurar relacionar essas narrativas com os projetos de ocupação econômica da região Centro-Oeste e Norte entre 1940 e 1970.

Um dos projetos que tinha a questão de ocupação territorial foi proposto pelo Estado Novo, este por sua vez utilizou-se da cultura e da imprensa como canal difusor. A Marcha para o Oeste foi uma das campanhas que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) difundiu em publicações radiofônicas. Raul Guastini (1943) responsável pela composição do livro " Ideário Político de Getúlio Vargas" , afirma que o presidente definiu o verdadeiro sentido de brasilidade ao traçar o roteiro da Marcha para o Oeste. Em seus comentários, o ensaísta defende que " a realização do imperialismo interno" é o objetivo máximo do governo, pois somente assim poderia se esperar pela

vitalização do interior que “ é o local onde residem as nossas maiores forças de cultura e de riqueza” .<sup>1</sup>

O presidente defende que “ o programa de ‘ Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura” .<sup>2</sup> Segundo Lenharo (1981), o “ passado é retificado, reinterpretado de modo a justificar as diretrizes do presente” (p.98). A justificativa transborda a idéia exclusiva do nacionalismo, e parte para a preocupação com o desenvolvimento econômico e produtivo do país. Ou melhor, eles se interligam como meta comum para o projeto nacional, isto é, o objetivo do Estado Nacional é fazer com que “ as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras” .<sup>3</sup>

A década de 1950 é marcada por uma lenta reorientação nos planos de desenvolvimento econômico brasileiro. Acreditamos que essa transformação também refletiu na forma como o governo agiu em relação às propostas econômicas para as regiões vistas como “ paralisadas” . Benvenides (1979) avalia que com a compensação política o governo de Juscelino pôde até certo ponto aplicar seu projeto principal: o Plano de Metas. A autora não nega o otimismo generalizado com o desenvolvimento proposto pelo plano, mas graças às convergências dos interesses – políticos e econômicos – que se integraram no programa, o governo manteve certa autonomia nas decisões.

Em mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1956, Juscelino Kubitschek fixa as diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento econômico e afirma que “ tem a Nação Brasileira a responsabilidade de

---

<sup>1</sup> GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (p.150)

<sup>2</sup> (idem)

<sup>3</sup> (idem)

estimular o aproveitamento e de promover a ocupação dos vazios interiores do Brasil Central e da Amazônia, diante da necessidade de alargar as fronteiras econômicas”<sup>4</sup>. Fica clara a relação entre o desenvolvimento da nação e culto do nacionalismo no projeto de intervenção na região. Os argumentos evidenciam a necessidade de interligar as fronteiras demográficas e econômicas com vistas de chegar ao desenvolvimento. Esses aspectos estão presentes na proposta de ocupação dos “espaços vazios”, como também na especialização econômica e produtiva conferida as regiões, mais precisamente o Centro-Oeste.

Na década de 1970 também foram criadas umas séries de programas com o intuito de desenvolver as regiões atrasadas do país: o Programa de Integração Nacional, e o Plano de Nacional Desenvolvimento I e II. Esses projetos substituíram a abordagem de desenvolvimento regional por uma abordagem inter-regional. O IBGE em estudo publicado no ano de 1977 considera que o desenvolvimento até agora “ não ensejou ao interior remoto senão subsistir como um vazio populacional e de economia débil”<sup>5</sup>. Em 1970 o governo Federal baixou o decreto-lei nº 1.106 criando o Programa de Integração Nacional (PIN). Como objetivo máximo do programa foi estabelecida a construção da rodovia Transamazônica para promover a efetiva ocupação e incorporação dos vazios no interior. Logo em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional em 1975, Geisel lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado para o progresso social e a atenuação dos desequilíbrios regionais. Tais programas deveriam não apenas beneficiar essas regiões, mas ampliar a base do sistema industrial nos empreendimentos agrários com a construção de rodovias.

---

<sup>4</sup> BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais, 1947-1964: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.(p.213).

<sup>5</sup> IBGE. Diretoria técnica: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Sergraf, 1977. (p.7)

A necessidade de industrializar a estrutura produtiva se difundiu rapidamente nas elites brasileiras, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, elas foram utilizadas como forma de subsidiar ideologicamente os projetos de governos em países subdesenvolvidos. Tais idéias prometiam o caminho para o desenvolvimento econômico através do aumento da produção proporcionado pelo aperfeiçoamento técnico. Em contrapartida o setor agrícola tradicional foi apontado como o responsável pelo atraso. Somente com a modernização e a conseqüente eliminação do atraso nas técnicas produtivas com a industrialização, é que a agricultura brasileira poderia desempenhar eficazmente seu papel no cenário internacional.

A partir desta breve apresentação iremos dar início a nossa próxima etapa, isto é, tentaremos encontrar alguns pontos em comum entre os estudos que tinham como objetivo dar uma explicação ao passado, reinterpretando-o. Para em seguida avaliar os projetos políticos que vislumbravam trazer o desenvolvimento econômico partindo do pressuposto de que a incorporação de novas terras seria a solução para o atraso econômico e social. Para em fim trazer a luz a continuidade e descontinuidade nas formações discursivas, assim como perceber as alterações nos " locais de proliferação de enunciados" , ou em outras palavras, como e se ocorreu deslocamentos no " campo intelectual" onde esses discursos foram produzidos.

#### BIBLIOGRAFIA

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. Tradução: Sergio Miceli. - 2ª edição - São Paulo: Editora da USP, 1998.

BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz. - 4ª edição - Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (1936) Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio (Documentos brasileiros; 1)

\_\_\_\_\_. (1975) Caminhos e Fronteiras. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Departamento de Cultura da Guanabara (Documentos Brasileiros, v.89)